

PREFEITURA APONTA FALTA DE MEDICAMENTOS EM RELATÓRIO

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso

Da Redação

Foi apresentado ainda na madrugada desta segunda-feira, 1º de janeiro de 2024, o relatório da equipe plantonista designada pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para garantir o atendimento 24 horas nas unidades de saúde de Cuiabá. O levantamento aponta falta de medicamentos, até mesmo de dipirona e de soro, além de problemas pontuais com a escala de médicos. A gestão da saúde foi retomada pela Prefeitura de Cuiabá nesta segunda.

O relatório elenca problemas com o sistema de informação da Saúde em Cuiabá, falhas na transferência de pacientes, além de questões estruturais nas farmácias do município. Também indica uma série de melhorias que terão de ser feitas após a Intervenção na Saúde da Capital.

O levantamento abarcou as Policlínicas da Morada do Ouro, Pascoal Ramos, Jardim Leblon e Verdão e ainda a Policlínica do Pedra 90. Já na atenção terciária, os dados foram coletados no Hospital Municipal de Cuiabá (HM). As informações integram um amplo relatório do cenário atual assinado pelo especialista em saúde, Oscarlino Alves e o médico Anderson de Souza Ferreira Torres Araújo, designados no dia 31 de dezembro (último dia da intervenção do Estado) pelo gestor do Município.

No HMC, a escala dos profissionais da saúde está regular, seguindo um planejamento que havia sido apresentado judicialmente ao Tribunal de Justiça em janeiro de 2023, alguns meses antes da segunda ordem judicial que entregou ao Estado a administração da Saúde.



Segundo o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, há medicamentos faltando, mas serão substituídos por outro do mesmo princípio ativo, o que irá garantir que a população

seja atendida. Já o estoque de medicamentos é para 20 dias, no máximo.

“Imediatamente à retomada, determinei que uma equipe me entregasse uma deta-

lhada avaliação para que a Prefeitura de Cuiabá possa efetuar a sua atribuição, gerenciar a saúde municipal. Temos a ciência de que muito há de ser feito e iremos prestar contas

à população de todas as medidas que iremos implementar trazendo o quadro real para o domínio público”, declarou o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro.

Transporte Zero entra em vigor

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso



Gabriel Soares

Apesar de ser questionada em um par de ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), a Lei do “Transporte Zero” entrou em vigor em Mato Grosso nesta segunda-feira, 1º de janeiro de 2024. A norma proíbe o armazenamento, comercialização e transporte de peixes dos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos. A medida afeta diretamente cerca de 15 mil famílias de pescadores em Mato Grosso.

Segundo o Governo do Estado, que propôs a lei, a proibição busca evitar a extinção do estoque pesqueiro de Mato

Grosso. No entanto, a medida é questionada pelos pescadores, entidades civis, partidos políticos e até pelo Ministério da Pesca.

Durante os três primeiros anos de proibição, o Estado deve pagar um auxílio financeiro aos pescadores artesanais, que têm na pesca seu único sustento. O valor do benefício foi estipulado em um salário mínimo e não será pago durante o período de defeso, a Piracema, já que neste período os pescadores são atendidos pelo seguro desemprego.

No entanto, a legalidade do Transporte Zero é questionada em duas ações que tramitam no

STF, movidas pelos partidos MDB e PSD. A ação que se encontra em estado mais avançado é a movida pelo MDB, que já recebeu pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os dois órgãos se mostraram contrários à lei estadual.

Em seu parecer, a procuradora-geral da República, Elizeta Maria de Paiva Ramos, considera que houve “restrição exacerbada, desarrazoada e desproporcional” na proibição pelo prazo de cinco anos. Ela aponta que a medida impacta o estilo de vida das comunidades ribeirinhas, afetando também o sustento

econômico dos pescadores artesanais, o que fere o direito fundamental de liberdade de exercício profissional.

Ramos aponta ainda que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa não apresentaram estudos técnicos necessários para justificar a proibição, limitando-se a explicar sua necessidade nos autos do processo. Por outro lado, a PGR indica que o Ministério da Pesca apresentou nota técnica que comprovava a desnecessidade da proibição, bem como os impactos negativos da medida na vida de mais de 15 mil famílias que sobrevivem da pesca em Mato Grosso.

Alerta de tempestades severas marca 2024

Gabriel Soares

O ano de 2024 começou com alerta de tempestades severas para todo o estado de Mato Grosso. O primeiro mês do ano deve ser marcado por clima quente, com novas ondas de calor, e chuva abaixo da média em todo o estado. Porém, o estado ainda deve ser atingido por fortes tempestades.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alertas de tempestades severas para todo o estado, em duas categorias. A maior parte do estado está na faixa de alerta laranja, que indica perigo. Outra porção de Mato Grosso está sob alerta amarelo, de perigo potencial.

O alerta laranja encobre os municípios do Sudeste, como Rondonópolis e Primavera, toda a bacia do Araguaia, bem como uma área do Nortão, incluindo Sinop. Nestas regiões, a tempestade pode chegar com ventos de até 100 km por hora e chuvas de até 100 mm por dia, representando risco de corte de energia elétrica, derrubada de árvores e alagamentos.

Já o alerta amarelo se impõe à porção central de Mato Grosso e ao

Sudoeste, abrangendo a Baixada Cuiabana, os municípios de Cáceres e Tangará da Serra. Nessas áreas, a tempestade pode chegar com ventos de até 60 km/h e chuvas de até 50mm/dia. Há risco baixo de corte de energia, derrubada de árvores e alagamentos.

PREVISÃO DO TEMPO

- Devido à chegada das chuvas, Cuiabá deve ter um clima mais ameno na primeira semana do ano. A previsão do Inmet indica que a temperatura máxima na capital deve ser de 34°C nesta terça-feira, 2, e pode até cair para 33°C na quinta-feira, 4. Já a mínima deve oscilar na faixa de 24°C. Há possibilidade de chuvas em todos os dias da semana e o céu deve permanecer coberto por nuvens.

Situação semelhante será vivida na vizinha Várzea Grande. Por lá, a semana começa com máximas de 35°C na terça-feira, 2, mas os termômetros vão recuar durante a semana, chegando a 30°C na sexta-feira, 5. Já as temperaturas mínimas devem oscilar de 26°C na terça até 24°C na sexta. O céu deve permanecer cheio de nuvens durante a semana, com possibilidade de chuvas a qualquer momento.



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representam cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz

vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado,

afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

Estão te ouvindo

Claiton Cavalcante (*)



Para os que possuem este sentido parece simples o ato de ouvir o externo, no entanto, esse ato é um processo complexo e que segundo especialistas inicia ainda dentro do útero, onde a partir do quinto mês de gestação o feto já pode escutar.

Na escola aprendemos e acreditávamos que existia cinco sentidos. Mais tarde muitos de nós acreditaram no famoso “meu sexto sentido não falha”.

Hoje, por enquanto, conhecemos os oito sentidos sensoriais: audição, visão, olfato, paladar, tato, pele, equilíbrio e intuição e ainda há os que afirmam existir 33 diferentes percepções do corpo humano.

O educador, escritor e amigo de Paulo Freire, Rubem Alves, no seu livro intitulado “As melhores crônicas de Rubem Alves” escreveu aquilo que é para mim o âmago da empatia quando disse que só existe curso de oratória pois nunca ouviu falar sobre a existência de curso de escutatória.

Para o dorense mineiro todo mundo quer aprender a falar, seja de mongol a cantonês, mas ninguém quer aprender a ouvir. Saber ouvir, no momento oportuno, é ato de educação e afeição. Pois quanto mais desenvolvemos esse sentido mais aptos estamos para observar as necessidades que nos circunda.

Só que o ouvir nem sempre é ato dos mais nobres. Já ouviu falar em audição ativa? Talvez você não tenha ouvido, mas se possui um smartphone, provavelmente já tenha vivenciado a ação dessa expressão.

Eu aposto todas as fichas que você estando seja na balada, no barzinho ou na reunião de negócios falou em voz alta sobre determinado assunto ou item de consumo e, segundos depois viu ou leu sobre algum produto ou item relacionado àquilo que você falou sendo exibido na tela do seu celular ou computador.

Essa é a escuta indesejada que demasiadamente as grandes empresas de

marketing tem utilizado para captar e entender o conteúdo e desejo de consumo das pessoas.

E sabe como isso acontece? É utilizado os microfones dos celulares principalmente daqueles que têm esse aparelho como parte do seu corpo, bem como os microfones instalados nas televisões e nas “alexias”.

Recentemente duas gigantes americanas do marketing afirmaram que utilizam algoritmos em parceria com plataformas que gerenciam sistemas operacionais para captarem conversas e a partir disso direcionar conteúdos específicos. E quem garante que fica só nisso?

Por isso, entendo ser salutar a discussão técnica sobre o marco civil da internet, visto que as plataformas não são neutras e possuem claro viés mercantilista, quicá de outras nuances não republicanas.

Sabemos que em todos os âmbitos da vida humana há regulação. Tem regulação no casamento, na relação com os filhos, nos negócios, nos jogos, nas brincadeiras de criança. Porque não deve haver regulação na internet e dos que dela necessita?

Por falar em marco civil da internet, seu artigo 19 é tema controverso, inclusive para os estudiosos do assunto. Não bastasse a publicação por parte do Supremo Tribunal Federal, do Tema 987, mesmo assim entendo que as plataformas devem também ser responsabilizadas pelo conteúdo ali divulgado e não somente os contendedistas. Porque de que valeria o conteúdo sem as plataformas para viralizarem?

Por isso, cuidado com o que ouvem sobre você. Millôr Fernandes já dizia que ninguém sabe o que você escuta, mas todo mundo ouve muito bem o que você fala. Os equipamentos eletrônicos que o diga!

CLAITON CAVALCANTE é membro da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis.

Os pecados

Francisney Liberato (*)



Quem de vocês estiver sem pecados [...]. João 8:7

Um dilema pairava naquele momento em que Cristo estava rodeado de muitos homens acusadores. A princípio, devido ao cometimento de falhas e transgressão da lei efetuados por uma mulher.

Eles queriam a sentença de Jesus Cristo sobre aquela mulher. Jesus ofereceu a eles uma reflexão para mudar de vida completamente.

Jesus se abaixou, e no chão, com os próprios dedos, começou a enumerar todos os pecados, as transgressões da lei, os absurdos e outras ações negativas que manchavam a reputação e o caráter daqueles homens.

Os mesmos dedos que um dia escreveram os 10 princípios para se ter uma vida feliz e abundante, conforme registrado no livro do Êxodo 20, agora estavam registrando todos os pecados cometidos por aqueles acusadores.

“Mas o Senhor, o que é que diz sobre isso? Mas Ele se abaixou e começou a escrever no chão com o dedo. Quem de vocês estiver sem pecado, que seja o primeiro a atirar uma pedra nesta mulher! Depois abaixou-se outra vez e continuou a escrever no chão”. João 8:5-8

Perceba que quando Jesus escreveu os 10 mandamentos para que fossem eternos para todos os seres humanos, Ele o fez escrevendo com os próprios dedos em duas tábuas de rocha, em dois momentos da história bíblica, uma vez que a intenção, como já dito, era para que jamais fossem esquecidos ou apagados.

Diferentemente da situação dos acusadores, Jesus não escreveu em tábuas de pedras, mas sim, em dois momentos também, conforme o texto bíblico, Ele o fez na areia.

A intenção do Mestre ao escrever os pecados daqueles homens na areia era de que eles, e nós também, entendêssemos que Deus não quer apontar os nossos pecados, e caso seja cometido algum erro, eles serão registrados temporariamente, como da anotação de Cristo na areia, que qualquer vento apagará.

Miquéias 7:18: “O Deus, não há outro deus como tu, pois perdoas os pecados e as maldades daqueles do Teu povo que ficaram vivos. Tu não continuas irado para sempre, mas tens prazer em nos mostrar sempre o Teu amor”.

Na verdade, a ideia é a de que Deus lança os nossos pecados nas profundezas do mar do esquecimento, que deriva do amor. Ele em perdoar os nossos pecados e as nossas falhas.

Ainda bem que temos um Deus que nos perdoa e nos quer bem. Ainda bem que temos um Deus que deixou escritos Seus princípios eternos de amor, em pedras. Ainda bem que temos um Deus que, mesmo que cometamos um pecado, Ele escreve na areia, para logo ser apagado e, assim, perdoar os nossos pecados lançando-os nas profundezas do mar.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor. Palestrante. Professor. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: “Mude sua vida em 50 dias”, “Como falar em público com eficiência”, “A arte de ser feliz”, “Singularidade”, “Autocontrole”, “Fenomenal”, “Reinvente sua vida” e “Como passar em concursos – Vol. 1 e 2”, “Como falar em público com excelência”, “Legado”, “Liderança”, “Ansiedade”, “Mude sua vida em 50 dias Premium”, “Inteligência Emocional”, “Manual do Concurseiro”, “Sabedoria”, “Discípulos”, “Educação Financeira” e “Recordar é Viver”. www.francisney.com.br

Os cinco erros dos OKRs

Pedro Signorelli (*)



É normal que muitas pessoas achem que os OKRs - Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados Chaves) - são apenas mais um método para ser complementado. Na verdade, é um processo de mudança cultural, pois para que a ferramenta entregue os resultados a que se propõe, são necessárias mudanças culturais, que não acontecem da noite para o dia.

Neste sentido, uma gestão por OKR possui muitos benefícios, mas não pode e nem deve ser implementada sem conhecimento prévio, sob pena de jogar todo o esforço fora. Por essa razão, a partir dos erros que eu mesmo cometi, resolvi fazer uma lista com os cinco erros mais comuns que costumam acontecer durante a implantação do método e que precisam ser evitados:

1. Atribuir responsabilidade do programa de implementação a um gerente do projeto e não a um CEO: Para um projeto de mudança cultural em uma organização, é importante que as principais mensagens venham diretamente do principal executivo da organização, que empresta sua autoridade para o projeto. Um programa de implementação não pode concorrer da mesma maneira em priorização com outros projetos, ainda que estratégicos. Então, um programa deste não é um programa do RH ou da área de estratégia, deve ser visto como sendo do CEO. Até porque se o CEO não der atenção aos OKRs, os demais darão menos atenção ainda.
2. Achar que funciona na sua organização do jeito que funcionou em outra: Há princípios básicos que precisam ser seguidos e respeitados, mas a forma de fazer isso vai variar em cada organização, dependendo, inclusive, da velocidade em que se apreende os novos conceitos, o que também varia de área para área.
3. Não acompanhar os OKRs definidos: O acompanhamento deve ser regular, conforme o que foi definido na implantação da ferramenta, seja semanal, quinzenal ou mensal. O time dos OKRs deve acompanhar, de acordo com a frequência definida, fazer reuniões de

trabalho, e o alinhamento com o time executivo deve acontecer pelo menos uma vez por mês.

O responsável pelo OKR, sempre haverá um, tem que estar presente constantemente, não pode acompanhar “de longe”.

4. Culpar as pessoas por OKRs não atingidos: Um OKR pode não ser atingido por falta de conhecimento do negócio, como em um processo/projeto de inovação e, do ponto de vista de uma nova ferramenta, o processo de aprendizado leva pelo menos dois ciclos trimestrais para que as pessoas comecem a se familiarizar, a se apropriar dos novos conceitos. Até lá, haverá importantes aprendizados a serem feitos nas reuniões de lições aprendidas no final de cada ciclo. E erros sempre acontecerão, é preciso, sobretudo, aprender com eles.

5. Definir OKRs em temas que não são prioridades: Esse é um daqueles erros comuns e é um contrassenso na origem da aplicação dos conceitos. Outro erro é, mesmo sendo prioridade, achar que vai sair “sozinho”, sem atenção direta do management. Se são temas de execução da estratégia, o management tem que acompanhar, inclusive porque os OKRs normalmente envolvem metas muito ambiciosas, novamente se fazendo necessário o apoio do management para evoluir a contento.

Por fim, os cinco pontos chaves para o sucesso na implantação do OKR, são:

1. Envolvimento do CEO e do time executivo;
2. Realização de um piloto;
3. Disciplina de acompanhamento;
4. Ajuste do programa ao longo do tempo, conforme amadurecimento da organização no tema;
5. Capacitação de facilitadores para perenização e multiplicação do conhecimento na organização.

PEDRO SIGNORELLI é um dos maiores especialistas do Brasil em gestão, com ênfase em OKRs. Já movimentou com seus projetos mais de R\$ 2 bi e é responsável, dentre outros, pelo case da Nextel, maior e mais rápida implementação da ferramenta nas Américas. Mais informações acesse: www.gestaopratica.com.br/

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
 • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
 ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

DEMISSÃO EM MASSA

Decreto "passa facção" na Saúde

Prefeito Emanuel Pinheiro exonerou todos os servidores em cargos comissionados ou funções de confiança da Secretaria Municipal de Saúde

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, editou o Decreto 10.028/2023, na manhã desta terça-feira (2), que dispõe sobre a exoneração dos titulares dos cargos comissionados e funções de confiança da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá e da Empresa Cuiabana de Saúde Pública. A Prefeitura de Cuiabá retomou à gestão da Saúde Pública da capital mato-grossense no dia 1º de janeiro após Termo de Ajustamento de Conduta que encerrou o período de atuação do gabinete de intervenção do Estado na data de 31/12/2023.

A medida considera a necessidade de adequação do quadro de funcionários.

Por meio do Decreto ficaram exonerados todos os servidores nomeados até o dia 31 de dezembro de 2023, nas estruturas administrativas da SMS e ECSP, os ocupantes de qualquer cargo de natureza política, ocupantes em cargo em comissão sem vínculo com o serviço público e seus equivalentes e ocupante dos demais cargos em comissão sem vínculo com o serviço público e ainda o servidor público ocupante de função de confiança.

De acordo com Parágrafo Único do Decreto, a exoneração de que não exclui a responsabilidade de repassar aos novos titulares a atual situação em que a unidade se encontra. Os titulares dos órgãos de que trata o caput do art. 1º devem providen-

ciar o registro do presente Decreto nos assentamentos funcionais dos servidores alcançados pelo mesmo. Já os servidores exonerados que tenham vínculo efetivo com o Poder Municipal deverão retornar automaticamente a lotação de origem.

O Decreto será publicado na Gazeta Municipal de Cuiabá.

Por determinação do prefeito Emanuel Pinheiro para assegurar o atendimento nas unidades de saúde foram nomeados para atuação em regime de plantão o especialista em Saúde, Oscarlino Alves e o médico Anderson Torres. Ambos são responsáveis por detalhar em relatório o atual cenário das unidades de saúde após o período interventivo.



Emanuel editou o decreto 10.028/2023 que dispõe sobre a exoneração dos titulares dos cargos comissionados e funções de confiança

TETO REGULAMENTADO

Juros do rotativo passam a ser limitados

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso



Lei do Desenrola previu limite em caso de falta de acordo com bancos

Wellton Máximo - ABR

Sem acordo entre o governo e os bancos, os juros da dívida do rotativo do cartão de crédito e da fatura parcelada passam a ser limitados a 100% da dívida a partir desta quarta-feira (3). Instituído pela lei do Programa Desenrola, sancionada em outubro, o teto foi regulamentado no fim de dezembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Lei do Desenrola havia estabelecido 90

dias para que as negociações entre o governo, o Banco Central, as instituições financeiras, o Congresso Nacional e o Banco Central chegassem a um novo modelo para o rotativo do cartão de crédito. Caso contrário, valerá o modelo em vigor no Reino Unido, que estabelece juros até o teto de 100% do total da dívida, que não poderá mais subir depois de dobrar o valor.

Logo após anunciar a decisão do CMN, o minis-

tro da Fazenda, Fernando Haddad, ressaltou que, durante esse período de 90 dias, as instituições financeiras não apresentaram nenhuma proposta. "Se vocês pensarem no Desenrola, esse era um dos grandes problemas do país. As pessoas [que renegociaram os débitos no programa] estavam, muitas vezes, com dívidas dez vezes superior a original", disse o ministro. "Agora, a dívida não poderá dobrar", comentou o ministro na ocasião.

SIMULAÇÃO - Com o teto de juros do rotativo e da fatura parcelada, quem não pagar uma fatura de R\$ 100, por exemplo, e empurrar a dívida para o rotativo, pagará juros e encargos de no máximo R\$ 100. Dessa forma, a dívida não poderá ultrapassar R\$ 200, independentemente do prazo.

"Suponha que uma pessoa contrate uma dívida de R\$ 1 mil no cartão de crédito e não pague. Ela estaria sujeita a quase 450% ou 500% de juros no ano [pelas regras anteriores]", disse Haddad ao anunciar o teto das taxas. "Com essa medida, não vai poder exceder 100%." Segundo os dados mais recentes do Banco Central, em novembro, os juros do rotativo do cartão de crédito estavam, em média, em 431,6% ao ano. Isso significa que uma pessoa que entre no rotativo em R\$ 100 e não quite o débito deve R\$ 531,60 após 12 meses.

PORTABILIDADE - Além de oficializar o teto de juros, o CMN instituiu a portabilidade do saldo devedor do cartão de crédito e aumentou a transparência nas faturas, itens que não estavam na lei do Desenrola. Essas exigências, no entanto, só entrarão em vigor em 1º de julho.

Por meio da portabilidade, a dívida com o

rotativo e com o parcelamento da fatura poderá ser transferida para outra instituição financeira que oferecer melhores condições de renegociação. A medida também vale para os demais instrumentos de pagamento pós-pagos, modalidades nas quais os recursos são depositados para pagamento de débitos já assumidos.

A proposta da instituição financeira deve ser realizada por meio de uma operação de crédito consolidada (que reestruture a dívida acumulada). Além disso, a portabilidade terá de ser feita de forma gratuita.

Caso a instituição credora original faça uma contraproposta ao devedor, a operação de crédito consolidada deverá ter o mesmo prazo do refinanciamento da instituição proponente. Segundo o Banco Central (BC), a igualdade de prazos permitirá a comparação dos custos.

TRANSPARÊNCIA - Em relação à transparência, a partir de julho, as faturas dos cartões de crédito deverão trazer uma área de destaque, com as informações essenciais, como valor total da fatura, data de vencimento da fatura

do período vigente e limite total de crédito.

As faturas também deverão ter uma área em que sejam oferecidas opções de pagamento. Nessa área deverão estar especificadas apenas as seguintes informações: valor do pagamento mínimo obrigatório; valor dos encargos a ser cobrado no período seguinte no caso de pagamento mínimo; opções de financiamento do saldo devedor da fatura, apresentadas na ordem do menor para o maior valor total a pagar; taxas efetivas de juros mensal e anual; e Custo Efetivo Total (CET) das operações de crédito.

Por fim, as faturas terão uma área com informações complementares. Nesse campo, devem estar as informações como lançamentos na conta de pagamento; identificação das operações de crédito contratadas; juros e encargos cobrados no período vigente; valor total de juros e encargos financeiros cobrados referentes às operações de crédito contratadas; identificação das tarifas cobradas; limites individuais para cada tipo de operação, entre outros dados.

BLACK week

SulAmérica
TELEMEDICINA
SEM CUSTOS PARA CONSULTAS PARA TODA FAMÍLIA

CONVÊNIO COM MÉDICOS, DENTISTAS E FARMÁCIAS

SEGURO DE VIDA DE ATÉ R\$10.000,00 PARA TITULAR

SEGURO FUNERAL NACIONAL FAMILIAR

BR5 BENEFÍCIOS

100% DE DESCONTO NA ADESÃO DE NOVOS PLANOS

plano **BR5 Família**

~~R\$100,00~~ ADESÃO

R\$49,90

PAGUE SOMENTE A MENSALIDADE E GARANTA PARA SUA FAMÍLIA TODOS NOSSOS BENEFÍCIOS E VANTAGENS

MAIS INFORMAÇÕES WWW.BRSBENEFICIOS.COM.BR

(re)energisa AXS ENERGIA

ATÉ 30% DE ECONOMIA NA SUA CONTA DE ENERGIA

SEM INTALAÇÕES SEM GASTOS SEM OBRAS ECONOMIA DIRETA NA SUA CONTA DE LUZ

Fale agora com nossos especialistas

Pratto CONTROL

Pratto CONTROL Completo para bares, restaurantes e similares

- ✓ Integração como Ifood
- ✓ Controle de produção pela cozinha
- ✓ App Garçom
- ✓ Fechamento de conta total e parcial
- ✓ Controle eletrônico de comanda e mesa
- ✓ Delivery
- ✓ Integração com o Sistema Control
- ✓ Por ser um módulo, dispõe de todos os recursos já existentes no Sistema Control como Financeiro, Fiscal, Estoque, Relatórios e Compras.

Conjunto de funcionalidades para excelência na produção e atendimento ao cliente.

Pratto CONTROL

FV SISTEMAS
CONTATO: FRANC MENES 65 98469-0695